

## HÁ VAGAS...

## ... mas até quando?

FERNANDA DA ESCÓSSIA

fernanda@adufRJ.org.br

**A** UFRJ deve publicar nos próximos dias o edital para preencher aproximadamente 35 vagas que não foram ocupadas nos últimos concursos de contratação de professores realizados nos últimos 12 meses. São áreas para as quais ninguém foi aprovado.

Diante do cenário de incerteza para a universidade pública com o governo Bolsonaro, a comunidade acadêmica da UFRJ passou os últimos dias discutindo o destino dessas vagas. O pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, sugeriu que as unidades considerem a possibilidade de convocar, para vagas remanescentes, candidatos aprovados em segundo lugar em áreas semelhantes. Há o temor de que o próximo governo congele as contratações, e as vagas se percam. Cada unidade terá de decidir considerando essa conjuntura.

Trocando em miúdos: quando há concurso para professor, a vaga é definida por unidade, departamento e setorização (conteúdos a serem lecionados). Os candidatos fazem provas para aquela setorização. Quando há apenas uma vaga, só quem passou em

primeiro lugar é chamado. Os demais podem ser chamados posteriormente, pois os concursos valem por dois anos.

No Instituto de Física há cinco vagas remanescentes do último concurso. Entre elas, duas de “Física Experimental com ênfase em Ótica Quântica”, pois ninguém foi aprovado. Restam duas opções: republicar as vagas e fazer novo concurso; ou chamar candidatos aprovados em segundo lugar para outras setorizações. Assim, quem ficou em segundo e terceiro lugares em “Física Experimental com ênfase na área de Sistemas Nanoestruturados” poderia ser chamado para o setor de “Ótica Quântica”.

**APERTO NO ORÇAMENTO**

Parece simples, mas não é. Em centros de excelência, os saberes são cada vez mais específicos. “Não há sentido chamar quem não está preparado para lecionar na área. Vamos republicar as vagas”, afirma o vice-diretor do Instituto de Física, professor Antônio Santos.

A diretora da Escola Politécnica, Cláudia Morgado, tem oito vagas remanescentes das 19 abertas no último concurso. Diz que chamar o segundo colocado pode ser uma solução pontual para um ou outro caso, mas não para o conjunto. A coordenadora da CPPD, professora

Rosa Peres, lembra que tais remanejamentos podem criar problemas entre departamentos, pois a vaga está ligada a um, e o professor aprovado, a outro.

Por outro lado, a equipe econômica do próximo governo já deu sinalizações claras de que quer fazer uma avaliação da máquina pública, lembra Eduardo Raupp de Vargas, professor do Coppead e vice-presidente da Adufrj. Entre as medidas prometidas, está o recolhimento de receitas próprias para pagar pessoal – o que pode significar um aperto na reposição de professores.

“Há unidades em que a especificidade acadêmica das vagas disponíveis não permite remanejamento. Mas onde houver, acho que a gente não deveria hesitar e deveria trabalhar para chamar os aprovados o quanto antes”, afirma o professor Eduardo Raupp.

Para a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck Vianna, a questão terá de ser analisada caso a caso. “Depende da unidade e da especificidade da vaga. A incerteza política é imensa, mas contratar gente por contratar, sem que a pessoa esteja capacitada, deixa um flanco aberto para que a universidade seja ainda mais atacada”, afirma.

**APROVADAS REGRAS DA SUCESSÃO DA REITORIA**

■ Preocupado com o futuro da UFRJ no governo Bolsonaro, o Consuni decidiu cercar de cuidados a escolha dos nomes que vão compor a lista tríplice para reitor e vice-reitor. A reunião do dia 13 aprovou as normas da eleição para a reitoria do

mandato 2019-2023. O objetivo é evitar possíveis questionamentos de Brasília, e a consequente nomeação de dirigentes indesejados pela comunidade acadêmica. A votação é em abril.

A primeira medida foi desvincular a votação realizada pelo Colégio Eleitoral e a tradicional pesquisa feita junto à comunidade. O Colégio, reconhecido pela

legislação, é composto pelos integrantes dos conselhos superiores e será realizado dia 30 de abril. A pesquisa eleitoral, em primeiro turno, será de 2 a 4 de abril. Outra novidade é que será necessária a inscrição prévia (dias 24 e 25 de abril) de candidaturas no Colégio Eleitoral, com apresentação obrigatória de uma carta-programa da chapa.

# Déficit da UFRJ pode chegar a R\$ 317 milhões

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

**A** UFRJ deve terminar 2019 com um “rombo” de R\$ 317 milhões. O número corresponderá ao déficit acumulado desde 2016. A situação foi apresentada ao Conselho Universitário do dia 13. A proposta de gastos da instituição será votada na sessão do colegiado marcada para 20 de dezembro.

Os passivos de 2016 (R\$ 27,5 milhões) e de 2017 (R\$ 25 milhões) já são conhecidos. A estimativa é terminar este ano com um déficit de R\$ 119 milhões. Para o próximo período, nova expectativa de contas no vermelho: R\$ 145,4 milhões.

“Estamos trabalhando com orçamento decrescente. Este ano, mesmo com o MEC liberando 100% do custeio, estamos com um buraco muito grande no nosso caixa”, lamenta o pró-reitor de Planejamento e Finanças, Roberto Gambine. “Passamos os últimos quatro anos lutando para manter a universidade com as portas abertas”.

O drama maior é no custeio da instituição. Os R\$ 392 milhões liberados



**HOSPITAL:** Unidade sofre com falta de recursos

até agora em 2018 — e já insuficientes — caem para R\$ 354 milhões em 2019. Os recursos para investimentos serão mantidos em patamar bastante baixo: R\$ 6,7 milhões. No ano de 2014, a UFRJ já contou com R\$ 52 milhões (em valores corrigidos) nesta rubrica.

Mesmo com os anunciados esforços para revisão de contratos, a situação não melhora: “Precisamos de orça-

mento adequado às necessidades das universidades. É covardia asfixiar a universidade com restrição orçamentária. Por que comprometer a maior e mais importante universidade pública deste país?”, questiona Gambine.

Diretora do Instituto de Física, a professora Belita Koiller explica parte dos impactos de um orçamento reduzido no cotidiano de uma unidade. “A situação é bastante complicada. Não temos dinheiro para comprar bebedouros e material para laboratórios. O prédio novo do instituto foi vandalizado e não temos como pagar uma cerca”, disse. Não há verba para mais nada em 2018: “Hoje gastei o último centavo”, completou.

## NA USP, ORÇAMENTO É O DOBRO

Enquanto a maior federal do país agniza em dívidas, a USP prevê superávit para 2019 (R\$ 206 mil). A instituição, financiada pelo governo do estado, terá R\$ 738,5 milhões para custeio e investimento — pouco mais que o dobro dos recursos da UFRJ. Na folha de pessoal, ainda estão previstas despesas com a contratação de 250 docentes. **(Colaborou Mathias Felipe)**



**TECNOLOGIA** óculos de realidade virtual permitirão tour no prédio atingido pelo incêndio

# Museu ganha novo terreno e tour virtual

ELISA MONTEIRO

elisa@adufjrj.org.br

**U**m pacote de medidas vai trazer alívio ao fim de ano do Museu Nacional. O governo federal doou ao Museu um terreno ao lado da Quinta da Boa Vista — uma antiga reivindicação da UFRJ que ganhou nova urgência depois do incêndio da noite de 2 de setembro.

O anúncio foi feito pelo secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), Henrique Sartori, na quinta-feira (13), durante coletiva conjunta de UFRJ, MEC e Google. Além do dinheiro e do terreno, outra boa notícia vem das buscas nos escombros do prédio: mais de 1.500 peças já foram recuperadas.

“Era a melhor coisa para esse final de ano. Agora é cercar, tomar e transferir os laboratórios”, avaliou o diretor do Museu,

Alexander Kellner. Para o reitor, Roberto Leher, a cessão coroa uma sequência de boas negociações com o governo federal. “O mais importante é a sinalização do compromisso do governo com a universidade: primeiro, o aporte de R\$ 10 milhões para ação emergencial, depois, os R\$ 5 milhões para o projeto executivo e, agora, o empenho para resolver a questão do terreno”, disse.

Leher afirmou que os R\$ 25 milhões obtidos em emendas parlamentares serão aplicados no novo terreno. A área, com 49 mil metros quadrados, será usada para construção de laboratórios. Segundo a administração central, 51% das obras emergenciais — primeira etapa da recuperação — foram concluídas. E o telhado, último item da etapa, será finalizado em março, durante o carnaval.

Além da cessão do terreno, o secretário executivo do MEC comunicou a criação de uma rubrica específica para prédios históricos no valor de R\$ 45 milhões. A medida é uma demanda das instituições federais de ensino superior, que têm dificuldades para realizar obras de preservação por causa dos altos custos.

Na última quinta-feira, foi anunciada também a estreia do Museu Nacional na *Google Arts & Culture*, graças a uma parceria entre a UFRJ, MEC e a Google. A plataforma permite a navegação virtual por sete exposições online, com uso de óculos de realidade virtual. O convênio foi assinado em 2016, e as imagens, capturadas ao longo de 2017. O tour cobre cerca de 60% dos espaços do Museu abertos à visitação antes do incêndio.

## CIENTISTAS PEDEM A PONTES RECURSOS PARA CNPq

■ Em reunião com o futuro ministro de Ciência e Tecnologia, o astronauta Marcos Pontes, representantes da comunidade científica reivindicaram R\$ 300 milhões para o CNPq, além do orçamento já previsto para 2019. O encontro aconteceu em 6 de dezembro, em Brasília. Pontes não garantiu atender às reivindicações.

Segundo os cientistas, o CNPq precisa da verba para fechar 2019. “Só para bolsas são necessários mais R\$ 200 milhões. Sem isso, o CNPq deixa de pagar os bolsistas em setembro de 2019”, afirmou o presidente da Academia Brasileira

de Ciências, Luiz Davidovich.

Os cientistas conseguiram do futuro ministro Pontes o compromisso de que a Finep permanecerá no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O contingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi outro tema tratado, mas sem definição final.

O grupo de cientistas considerou o encontro positivo. “Foi uma reunião intensa, que durou o dia inteiro. O futuro ministro se mostrou aberto e ouviu todas as demandas e preocupações”, afirmou Davidovich.

A comunidade científica aguarda ações concretas. “Há certo receio. O presidente eleito nos respondeu uma carta afirmando que até o final do seu mandato destinaria 3% do PIB para ciência e tecnologia. É uma meta ousada. Para isso, entendemos que é preciso já em 2019 ampliar os recursos e eliminar o contingenciamento do FNDTC”, afirmou o dirigente. “Para que ele cumpra a promessa, é preciso agir agora”, completou. Outros temas discutidos foram a necessidade de fomentar o desenvolvimento de biotecnologia, além de um maior investimento em energias renováveis.

## DEFINIDO CALENDÁRIO ACADÊMICO DE 2019

■ As aulas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFRJ recomeçam no dia 11 de março de 2019, depois do Carnaval. O calendário acadêmico para o próximo ano foi aprovado na reunião do Conselho Universitário do dia 13 de dezembro.

Na graduação, serão dois períodos letivos: de 11 de março a 13 de julho e de 5 de agosto a 14 de dezembro, para a maioria. Os cursos da Faculdade de Medicina (do Rio e de Macaé) têm períodos maiores: de 4 de fevereiro a 6 de julho e de 22 de julho a 14 de dezembro. Para a Escola de Educação Infantil e o

Colégio de Aplicação, também existem diferenças: o primeiro semestre será de 7 de fevereiro a 12 de julho. As aulas são interrompidas para o recesso do meio do ano e retomadas no dia 30 de julho, terminando em 20 de dezembro.

As atividades de ensino dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) da UFRJ podem ser organizadas em dois ou quatro períodos letivos. Os que são organizados por semestre irão de 11 de março a 13 de julho e de 5 de agosto a 14 de dezembro. No formato bimestral, o calendário vai de 11 de março a 10 de maio; de 20 de

maio a 19 de julho; de 5 de agosto a 27 de setembro; e de 7 de outubro a 14 de dezembro. No trimestral: de 11 de março a 14 de junho; de 24 de junho a 13 de setembro; de 23 de setembro a 20 de dezembro; e de 02 de janeiro de 2020 a 06 de março de 2020.

O evento Conhecendo a UFRJ, em que os estudantes do ensino médio visitam a universidade para ter mais informações sobre os cursos, será de 21 a 23 de maio. A Semana de Integração Acadêmica (SIAC), com apresentação de trabalhos de pesquisa em vários níveis, ocorrerá de 21 a 27 de outubro.



# AI-5 50 anos

SILVANA SÁ

kelvin@adufjrj.org.br

No dia 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar brasileira perdeu o verniz e o Brasil foi empurrado para os porões da tortura e do arbítrio. Naquela tarde, o locutor da Voz do Brasil, Alberto Curi, foi chamado às pressas ao Palácio Laranjeiras, então sede do governo militar, para anunciar ao país medidas como fechamento do Congresso, prisões arbitrárias e cassação de políticos. Acabara de ser decretado o Ato Institucional número 5.

A transmissão foi realizada à noite e encerrada às 22h30. Às 23h começaram as prisões. A capa do “Jornal do Brasil”, do dia seguinte, tentava dar a dimensão dos fatos, na previsão do tempo: “Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. “Foi a legalização do estado de exceção, da tortura e da violência”, afirma a historiadora Maria Paula Araújo, diretora da Adufrj.

“Há uma relação direta entre os crimes da ditadura e o AI-5”, afirma o procurador da República Antônio do

Passo Cabral, integrante da Comissão da Verdade do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. De acordo com ele, as investigações mostraram “um progressivo aparelhamento e profissionalização das torturas e assassinatos a partir de 1969”. O DOI-Codi, por exemplo, foi completamente reformulado para torturas entre os anos de 1970 e 1971. “Sem dúvidas, é o período mais crítico e com maior número de violações”, considera.

Desde que foi instalada, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade reconheceu 434 mortos e desaparecidos políticos. A quase totalidade desses crimes aconteceu durante a vigência do AI-5 (1968-1978).

Os 50 anos do ato que deu início ao período mais sangrento da ditadura foi lembrado em debate organizado pela Comissão da Memória e Verdade da UFRJ. A atividade aconteceu no dia 12, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

Para Carlos Vainer, coordenador da Comissão da Memória e Verdade da

UFRJ, debater o tema é tarefa necessária. “O passado não é estanque, e os processos históricos não são lineares. Eles estão em constante disputa. Não à toa há quem diga hoje que 1964 foi um ‘movimento’. Outros, que foi uma época melhor que a atual. Nossa tarefa é revisitar este passado, resgatá-lo e contrapor com nosso presente”.

A historiadora Maria Paula Araújo concorda: “O debate sobre o AI-5, hoje, serve principalmente para pensar e fortalecer o que foi construído nas últimas décadas. Temos uma herança positiva, de reconstrução do tecido social a partir da nossa Constituição Cidadã de 1988. Precisamos valorizar este enorme esforço”, afirma.



## CONTRA A CENSURA NOS TEMPOS DE HOJE

■ A comunidade acadêmica deve continuar vigilante em defesa da liberdade de cátedra mesmo após a derrota do programa Escola sem Partido na Câmara, dia 11. Após intenso trabalho da oposição, o projeto foi arquivado

pela comissão designada para avaliar o assunto. Mas a próxima legislatura (2019-2022) pode desarmar o texto. Na mesma data, no Rio, professores e estudantes da UFRJ reuniram-se no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos para debater a resistência ao programa que tenta censurar os educadores brasileiros.

A 1ª vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN, professora Mariana Trotta, destacou a importância de reagir a qualquer tentativa de cerceamento de liberdades. O **Boletim da Adufrj** já publicou orientações da cartilha lançada pelo Coletivo de Advogados do Serviço Público para proteger o professor de qualquer intimidação.